Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove realizou-se a 1ª Reunião ordinária do Conselho de Orientação e Administração Técnica de São Paulo – COAT/SP, na sala de reunião da Coordenadoria de Políticas para Idosos, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, situada na Rua Libero Badaró, 119, 9º andar, com o início às 14h00, sob a presidência da Sra. Conselheira **Sandra Regina Gomes, –** representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania- SMDHC e a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. **Remo Vitório Cherubin**, representante do Grande Conselho Municipal do Idoso; Sr. **José Cícero Rosendo dos Santos**, representante do Grande Conselho Municipal do Idoso; Sra. **Maria Rosaria Paolone**, representante do Grande Conselho Municipal do Idoso; Sra. **Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira**, representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS; Sr. **Mamerto Granja Garcia**, representante da Secretaria Municipal da Fazenda - SF; Participaram também: Sra. **Elizete Nicolini** / Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania- SMDHC. Ausências Justificadas: Marly Augusto Feitosa. E com a seguinte pauta: 1) Definir as prioridades da gestão COAT/2019; 2) Plano de Ação FMDI 2019: apresentação das propostas e tempo de execução dos projetos; 3) Plano de Aplicação e Captação: percentual de aplicação do FMDI e formas de captação em 2019; 4) Extratos de recibos das doações; 5) Desvinculação de receita (Decreto Municipal nº 57.380/2016); 6) Discutir a Lei Federal n. 13.797 – autoriza doações de PF no ato da declaração; 7) Outros assuntos.

A Sra. Sandra Regina Gomes do COAT fez as apresentações e deu início aos trabalhos. Passou-se ao 1º item da pauta: Definir as prioridades da gestão COAT/2019. A Sra. Elizete Nicolini deu início a uma apresentação do plano de ação e de aplicação do Fundo Municipal do Idoso – FMID/SP destacando a necessidade de previsão orçamentária (Lei Orçamentária Anual – LOA) das despesas e receitas do fundo. Destacou ainda a necessidade de publicação, objetivando transparência, do andamento da execução do orçamento do fundo, mesmo que seja na página eletrônica do fundo. O Sr. José Cícero Rosendo dos Santos alertou que seria interessante se antecipar a LOA e propor a previsão de execução orçamentária já na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, a qual se dá no mês de abril, enquanto a LOA somente ocorre em setembro. Lembrou ainda que as prioridades do fundo podem ser inseridas na LDO para 2020.

A Sra. Elizete Nicolini retomou a apresentação evidenciando a importância da definição prévia das prioridades e planos de trabalho a partir dos diagnósticos locais. Salientou que esse diagnóstico já existe, definindo alguns dados importantes para a tomada de decisão dos projetos prioritários. Esse diagnóstico traça um perfil da população idosa da Cidade de São Paulo tais como distribuição, faixa etária, por bairros, distritos e por vulnerabilidade pelo índice do IPEA.

2º item da pauta: Plano de Ação FMDI 2019: apresentação das propostas e tempo de execução dos projetos. A Sra. Elizete Nicolini, na sua apresentação, destacou os problemas constatados no diagnóstico citado anteriormente. Os principais problemas estão relacionados com a saúde mental do idoso e a depressão. Também destacou problemas importantes, tais como alimentação inadequada, informalidade dos cuidadores, vida solitária, rompimento do vínculo familiar, idosos atropelados na cidade, imigrantes idosos na cidade, desconhecimento de participação social. A Sra. Sandra Regina Gomes fez um aparte referente à gravidade do problema de depressão entre os idosos, obtido junto à Secretaria da Saúde. Salientou que existem diversos fatores que levam a esse estado, correlacionados, principalmente, com a vida solitária e rompimento do vínculo familiar. Também fez referência aos atropelamentos de idosos, situação já identificada pela CET, e o imigrante idoso (principalmente venezuelanos e africanos), esclarecendo que todavia carecem de políticas públicas adequadas voltadas para esses problemas. Esclareceu que, com base nesses dados, seria necessário trazer para o COAT as linhas de ações para mitigar esses problemas. A Sra. Elizete Nicolini lembrou que são definidos 4 eixos de atuação: Educação, Saúde, Proteção e Participação. Nesse contexto, seria necessário identificar as prioridades e enquadrar os projetos correspondentes ao atendimento dessas prioridades dentro desses eixos.

A Sra. Elizete Nicolini destacou a importância do conselho dar início a um plano de ação, delineando a partir dos diagnósticos, as prioridades, os projetos correspondentes e seu enquadramento nos eixos previamente estabelecidos. A Sra. Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira sugeriu como possível projeto a questão da participação do idoso, permitindo esclarecer ao idoso qual o seu papel na sociedade, meios de participação popular e seu protagonismo na geração de políticas públicas voltadas para suas necessidades. Tal ação seria um ponto de partida para ações de maior alcance. A Sra. Sandra Regina Gomes destacou que pode-se implementar outras ações em paralelo. Sugeriu que os conselheiros pesquisassem outros conselhos de idosos (estaduais e municipais) de forma obter propostas de políticas e as prioridades definidas. Exemplificou que poder-se-ia trabalhar com projetos relacionados à depressão, imigrantes idosos, atropelamentos de idosos e rompimento de vínculos familiares. A Sra. Elizete Nicolini esclareceu que para esses projetos, inicialmente, não seria necessário entrar em muitos detalhes, mas definir as diretrizes básicas e criar um edital. Assim o projeto detalhado seria delineado e detalhado pela proponente. Destacou que a qualidade do projeto pode induzir a uma captação significativa de recursos.

3º item da pauta: Plano de Aplicação e Captação: percentual de aplicação do FMDI e formas de captação em 2019. Sra. Elizete Nicolini comentou a importância de meios de captação de recursos financeiros para o fundo. Tal posição foi reforçada pelos conselheiros Sr. Remo Vitório Cherubin e Sra. Maria Rosaria Paolone. Quais seriam os meios de obter receitas para o fundo e como essas receitas seriam aplicadas e qual percentual seria aplicado em cada exercício fiscal. Também destacou a importância de uma previsão de arrecadação para os próximos exercícios. O Sr. José Cícero Rosendo dos Santos sugeriu que o percentual poderia ser, inicialmente, de 30% dos recursos disponíveis, podendo ser alterado a medida que a arrecadação fosse aumentando. Outra possibilidade que foi aventada refere-se a possibilidade de desenvolver um projeto que viabilizaria captação e execução com autorização do fundo. A Sra. Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira indagou ao representante da Secretaria da Fazenda, Sr. Mamerto Granja Garcia, em quanto tempo os recursos captados pelo fundo seriam depositados na conta do fundo. Ficou esclarecido que no caso de doação direta, o valor é depositado diretamente na conta pelo doador. No caso da doação efetuada na declaração do imposto de renda, os valores somente seriam depositados na conta do fundo após processamento pela Receita Federal no exercício seguinte. Também foi relacionada como fonte de recursos para o fundo as multas aplicadas por descumprimento de disposição legal referente à prioridades do idoso, tal como ocupação irregular de vaga de estacionamento destinada exclusivamente às pessoas idosas. Não foi possível determinar se o resultado dessas multas estão sendo destinadas ao fundo. Também foi iniciada uma discussão referente ao conflito de arrecadação entre o conselho Estadual (multas do PROCON, por exemplo) e o Municipal, situação essa que deverá ser esclarecida. A Sra. Presidente, Sandra Regina Gomes, solicitou que fossem realizadas consultas na Companhia de Engenharia de Tráfego- CET e na Secretaria Municipal da Fazenda para verificar se esses recursos estão sendo repassados para o fundo e, caso negativo, quais as providências necessárias para que isso ocorra. A Sra. Sandra Regina Gomes se prontificou a fazer uma consulta junto à CET e SPTRANS quanto à destinação das multas aplicadas com essas características e também obter esclarecimento no Conselho Estadual do Idoso. Incumbiu o Sr. Mamerto Granja Garcia de verificar a situação dessas mesmas multas na arrecadação controlada pela Secretaria Municipal da Fazenda e pesquisar, por exemplo, se existe rubrica especifica para a arrecadação dessas multas. A Sra. Sandra Regina Gomes também salientou a necessidade de consultar o jurídico da SMDHC para obter outras informações que possam agregar para o esclarecimento ou a necessidade potenciais dispositivos legais para mitigar perdas de arrecadação destinadas ao fundo.

4º item da pauta: Extratos de recibos das doações. A Sra. Sandra Regina Gomes esclarece que não houve novas doações.

5º item da pauta: Desvinculação de receita (Decreto Municipal nº 57.380/2016). Existe uma desvinculação de 30% do fundo para outras ações não relacionadas com políticas para idosos. A Sra. Elizete Nicolini sugeriu que fosse estudada a possibilidade de que os 30% desvinculados fossem destinados exclusivamente para atender políticas públicas relacionadas aos idosos, ou seja, algo semelhante ao que é feito no FUMCAD. Tal sugestão foi endossada por todos os conselheiros. A Sra. Sandra Regina Gomes sugeriu que tal discussão deve ser provocada e levada para todas as esferas administrativas. A Sra. Elizete Nicolini lembrou que esse recurso advém, na sua maioria, de doações, e que tal desvinculação não poderia ocorrer nesse caso. Tal argumento poderia permitir a criação de dispositivo legal idêntico ao praticado no FUMCAD quanto a essa desvinculação, ou seja, aplicação exclusiva dos recursos nas políticas públicas voltadas aos idosos. Salientou que haveria necessidade de uma análise contábil detalhada das origens dos recursos de forma identificar o que é exclusivamente de doação. A Sra. Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira destacou a importância de que essas informações sejam enviadas oficialmente ao COAT pelos órgão responsáveis.

6º item da pauta: Discutir a Lei Federal n. 13.797 – autoriza doações de PF no ato da declaração. A Sra. Sandra Regina Gomes esclareceu que tais doações somente entrariam no fundo em 2020. Essa forma de captação seria análoga ao que é feito no FUMCAD. Destaca a necessidade de efetuar uma campanha de conscientização para que tais doações sejam efetivadas.

7º item da pauta: Outros assuntos. A Sra. Sandra Regina Gomes solicitou que os conselheiros começassem analisar os possíveis projetos que poderão ser tocados adiante. Nesse sentido, sugeriu que fossem buscados em outros conselhos informações que podem subsidiar tais linhas de ação e respectivos projetos.

Em seguida, não havendo mais assuntos a tratar encerrou-se a reunião, e eu Mamerto Granja Garcia, para constar, lavrei a presente ata. São Paulo, 6 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Sandra Regina Gomes - SMDHC - Presidente

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

José Cícero Rosendo dos Santos - GCMI

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Mamerto Granja Garcia - SF

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Maria Rosaria Paolone – GCMI

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Remo Vitório Cherubin – GCMI

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira – SMADS